Brasília — Luciano Andrade

Ivan Hector, que a DEA chama de "louco", sai calmamente da Embaixada americana

Agência americana antidrogas atua de modo ilegal no Brasil

Bob Fernandes

Brasília — A Drug Enforcement Administration DEA, apêndice do Departamento de Justiça dos Estados Unidos que, no Brasil, tem sede na Embaixada Americana, está atuando ilegalmente no país. Para obter informações que levem a desbaratar quadrilhas de drogas, a DEA vem arregimentando e pagando agentes, o que que não é permitido pelos convênios assinados com o governo brasileiro e Polícia Federal. Ivan Hector Azocar Plaza, ex-policial, chileno de 47 anos, está cobrando da agência norte-americana 50 mil dólares por "serviços prestados" na Amazônia.

— Ele é um louco, pagamos a ele muito mais do que devíamos e do que pagamos aos outros que nos trazem boas informações disse na quinta-feira ao JORNAL DO BRASIL o agente David Peterson, endossando as afirmações de Ivan Hector. O assessor de Comunicação da Polícia Federal, Paulo Marra, confirma que tais operações seriam ilegais:

A atuação da DEA aqui está restrita aos termos do acordo, que não prevê esse tipo de operacionalidade. Na verdade, desconhecemos que eles façam isso.

E Peterson volta ao chileno:

— Ele nos trazia informações de jornais, velhas, e nós o dispensamos, embora ele, inegavelmente, tenha uma boa técnica — diz o agente americano.

As rusgas de Ivan Hector com a DEA começaram a 21 de outubro de 85, quando o traficante João Aragão escapou ao cerco da polícia no momento em que, em Manaus, em frente ao restaurante Coqueiro Verde, já passar dois quilos de cocaína. Dias depois, numa partida de 33 quilos, os traficantes novamente escapariam. Ivan Hector reclama:

— Eu fiz minha parte, entregando quem deveria na hora e dando o lugar certo. Tinha um acordo de receber 10% em cima de cada derrubada, de avião ou laboratório, e se não fizeram a parte deles não é problema meu. Sei que a DEA, a quem dei serviço por mais de um ano, até o começo de 86, me deve 3 mil dólares pela primeira entrega e 49.500 pela segunda. Não recebi nada e minha cabeça está a prêmio. Os traficantes querem me ver morto e pagam 5 mil dólares para isso.

Ivan Hector não pode provar a existência da dívida, mas prova através de recibos, passagens aéreas e ordens de pagamento que trabalhou para a DEA. A 21 de março de 85, na agência Centro do Banco do Brasil, em Manaus, ele recebeu 1 milhão de cruzeiros, enviados por Ernesto Brathwaite, agente da DEA em Brasília. O mesmo aconteceria em 14 de maio do mesmo ano. Com isso se configura, segundo a polícia brasileira, uma dupla ilegalidade: a contratação de um informante fere, primeiro, os termos do convênio Brasil-EUA e, depois, as próprias leis brasileiras.

Diz o assessor de Comunicação da Polícia Federal, Paulo Marra:

— Toda pessoa que tiver conhecimento de um crime deve dirigir-se à polícia e comunicar. Ponto final.

É praxe mundial o pagamento pelas informações, mas, no caso, acrescente-se um terceiro atropelo à legislação local, segundo declarações do próprio Ivan Hector:

— Chegando a Manaus, procurei o cônsul James Fish, que me colocou em contato com a DEA em Brasília. Eu tinha sido deportado da Colômbia por ter trabalhado ilegalmente e, quando comecei a trabalhar com a DEA, meu passaporte ainda não estava legalizado.

Em Brasília, são cinco os policiais oficialmente lotados na DEA e na Embaixada Americana, mas, informa um assessor do Ministério da Justiça, para atuar no setor de drogas entram anualmente no país cerca de 50 policiais e agentes norte-americanos. Até o fim de 85 isso se dava com um simples OK da Polícia Federal. Então, revela um ex-assessor do Ministério, informado oficiosamente de que entre esses agentes estariam desembarcando homens com a missão de investigar a atuação de grupos guerrilheiros latino-americanos nas fronteiras do Brasil, o Ministério da Justiça oficiou ao Itamarati requisitando o acesso a informações sobre o ingresso de estrangeiros dessa categoria especial.

Interessava ao Ministério saber quem estava entrando, com que motivo e por que prazo permaneceria no país. No início de 86, oito norte-americanos responderam ao primeiro desses requisitos e o Ministério cobrou o restante. Antes que houvesse resposta, findou-se a gestão Fernando Lira.

— Sabemos que eles agora têm um visto dado pelo Itamarati, que lhes permite entrar e sair do Brasil por dois anos— diz o ex-assessor do Ministério da Justiça.

Sem visto algum, Ivan Hector ligou do consulado em Manaus pela primeira vez e falou com o agente Mario Pérez, então servindo na DEA em Brasília. Recebeu a recomendação de ligar sempre a cobrar e anotou em sua agenda o telefone 226-0035. Em 26 de janeiro de 85, após receber dinheiro para as passagens, o exp-policial chileno chegou à capital às 17h30min para seu primeiro contato pessoal com agentes da DEA.

Hospedou-se no Hotel Aristus, Centro da cidade e, às 9h do dia seguinte recebeu em seu apartamento os agentes Mario Pérez e George Williams. Conta Ivan Hector que, após as primeiras informações suas, Mario Pérez lhe indagou:

— Como você soube dessas coisas todas?

Nessa conversa, Ivan entregou José Augusto Batista, o Padeirinho, que havia fugido da penitenciária em Manaus, contou sobre um laboratório na reserva dos índios macus e da existência de uma plantanção de epadu no rio Negro, "perto do lago Mara". Ganhou Cz$ 1.200 e uma garantia:

— E se a Polícia Federal me prender numa dessas?

— Tudo bem — respondeu Mario Pérez. — Você tem apoio da DEA.

— Mas a DEA é apenas um organismo e não pode atuar aqui.

— Fique tranqüilo. Você tem apoio do governo americano.

De volta a Manaus, o ex-policial, que é também treinador de cães, ligou de volta para a embaixada:

— Informei que, por Iquitos, no Peru, estavam entrando armas para os traficantes e que junto viria um cara do Sendero Luminoso. Pouco depois, em Manaus, a polícia civil matou Luis Pintán, que seria do Sendero. Um padre foi testemunha do seqüestro dele, perto da Igreja de Santa Rita.

Ivan Hector voltaria mais duas vezes a Brasília no ano de 85, a 26 de junho e em setembro, hospedando-se, sempre, no Aristus, onde recebia os agentes da DEA. Em um dos encontros, diz ele, revelou que a "máfia das drogas da Colômbia" havia marcado alguns policiais norte-americanos em Los Angeles. Nos seus manuscritos estão os nomes deles: Charles Lewis (juiz), Ronald Caffrey (agente), Rob Shirn (promotor) e Michael Fredericks. Este último, um agente, foi a porta de entrada de Hector para o quadro de informantes da DEA.

— Através de Luiz Guillermo Toro, viciado em crack que morava comigo em Medellín, numa pensão, soube, no início de 84, que os principais chefes da máfia colombiana haviam decidido, numa reunião, em dezembro, matar o ministro da Justiça Rodrigo Lara Bonilla, que os ameaçava com processo de extradição. Procurei, então, a Embaixada e comuniquei isso ao agente Michael Fredericks, que me deu seu cartão com telefone. Lara Bonilla foi assassinado pouco depois.

Será difícil provar se Ivan Hector avisou, ou não, a DEA na Colômbia sobre a morte próxima do ministro da Justiça, mas indiscritível é o diálogo em que o assunto é abordado ocorrido entre ele e o agente David Peterson, na semana passada, em Brasília.

— Aló. O Ernesto está por aí?

— Não.

— E o David?

— David, sim. Seu nome?

— Ivan.

— Aló. David? O Ernesto está viajando?

— Sim, ele deve voltar quarta-feira.

— Aqui é Ivan. Quando eu comecei a trabalhar pra vocês eu entrei na máfia lá em Manaus. Combinei uma operação e o Ernesto me mandou procurar o delegado Bonfim, da Polícia Federal, lá em Manaus...

— Sei.

— A operação falhou e o Ernesto e o Bonfim não quiseram pagar o combinado.

— Certo.

— Agora tô sabendo que o Bonfim estourou o laboratório do João Aragão, o mesmo que falhou antes (falharam na primeira operação).

— Ah, ah...

— Então queria saber como vai ficar o valor daqueles dois quilos, porque vocês pegaram seis quilos e meio no laboratório...

— Certo. Não. Eu vou ter que conferir com o Bonfim isso aí.

— Não, o Bonfim é enrolado. Até agora, eu não sei, hein? Esse negócio tá quase igual ao laboratório de guanchaga, na Bolívia. O chefe da DEA sabia e o laboratório não foi estourado, só depois que mataram o cientista americano lá na selva.

— É. Eu vou ter que verificar com o pessoal lá.

— Bem, mas o Bonfim não era o meu chefe. Meu chefe era o Ernesto e, por cima dele, o Larry Lion.

— Certo.

— Mas depois ele viajou, então consulta o chefe aí. Posso te ligar daqui a pouco?

— Você tá em Brasília? Liga às 5 horas.

Às 17 horas, Ivan Hector ligou novamente. Os diálogos foram entrecortados. Os agentes norte-americanos estavam desconfiados. David voltou ao telefone ríspidamente:

— Escuta, esse negócio do Bonilla não tem nada a ver com você. Eu não quero que você comece a inventar história, 'tá entendendo' Eu não nasci ontem. Eu tou entendendo agora... você tá querendo botar em cima de nós...

Informaram na DEA que Ivan Hector é um "louco". O suposto "louco" prova que, por mais de um ano, trabalhou para a agência. Não poderá a agência, certamente, explicar como um "louco" tem o número do telefone da residência do agente Ernesto Brathwaite, nem tem anotado os ramais 247 e 346 do telefone 223-0120, que, na DEA, na Embaixada Americana, correspondem à linha secreta utilizada para comunicações longe dos ouvidos dos telefonistas, principalmente nas ligações para os Estados Unidos. E Ivan ainda deu os nomes dos agentes da DEA no Rio (Antônio), em São Paulo (Jair) e Foz do Iguaçu (Alemão).

Tal trapalhada secreta poderia ser pior, não tivesse o Itamarati, em 1983, recusado rigorosamente o rascunho de um convênio que permitiria à agência norte-americana ter acesso às informações dos computadores da Polícia Federal. Aí tudo viraria bagunça. Exemplo disso é o duro diálogo travado entre um assessor do então ministro da Justiça Fernando Lyra e um policial austríaco, em meio ao caso Joseph Mengele. O assessor relata a conversa ríspida:

— A gente queria uma autorização para prender uma mulher que, suspeitamos, pode ter sido mulher do Mengele.

— Tudo bem. Mas e se, por engano, vocês prenderam a mãe de algum de vocês mesmos?

— Como? — perguntou perplexo o policial austríaco.

— Isso mesmo. E se houver engano? Como fica?

Na Embaixada, são "adidos adjuntos"

Brasília — Na lista do Corpo Diplomático eles aparecem com a função de "Adido adjunto". Na realidade, são policiais do Drug Enforcement Administration. George Williams, um deles, viajou de volta na semana passada, segundo funcionários da Embaixada Americana em Brasília, onde funciona a DEA. Ernesto Brathwaite, David Peterson, Teryl Anderson e John Yung, diz Ivan Hector, são os outros componentes da agência.

Em dezembro de 1983, Larry Lyon, então operando no Brasil, acompanhou 12 agentes e o delegado Carlos Alberto Cardoso, da Polícia Federal, na "Operação Frederico", que queimou na Amazônia 400 mil pés de epadu — uma das 250 espécies de planta de coca. Em 10 dias na selva ficou patente a diferença do arsenal tecnológico à disposição dos americanos em relação ao dos policiais brasileiros. Enquanto a polícia nacional ia de revólveres 38 marcados pela ferrugem, Lyon carregava um Magnum com potência suficiente para perfurar um bloco de motor de automóvel.

A pequena sacola de Lyon, utilizada por qualquer agente da DEA em missão, continha soluções que faltavam aos seus colegas brasileiros. Quando todos, cansados, permanciam em pé na selva temendo répteis, Lyon tirava da sacolinha uma rede de nailon e descansava entre as árvores. A sede apertava e faltava água potável? Lyon recolhia água de chuva em seu impermeável e enchia os cantis. As solas das botas da Polícia Federal descolaram-se no quarto dia. O agente americano tinha botas impermeáveis.

Enquanto o delegado Cardoso ia anotando detalhes sobre a operação em um papel de padaria, com um lápis, Lyon sacava um gravador, registrava o que via e explicava: "Nosso sistema de satélites não detecta o epadu no meio da mata." Dispõe a DEA de uma tecnologia nascida do combate às drogas nos Estados Unidos e, quando vai às selvas, leva a experiência adquirida no Vietnam. Toda essa tecnologia e essa experiência não bastaram à DEA para resguardar alguns de seus segredos de um informante que a própria agência classifica de "louco".